

Meio ambiente recebe amplas garantias

O Brasil terá a lei mais avançada do mundo no campo da ecologia

A defesa do meio ambiente, um tema ignorado nas Constituições anteriores, desta vez mereceu uma série de normas destinadas a provocar uma reviravolta em uma questão tradicionalmente negligenciada no País. "O Brasil passará a ter a legislação mais avançada em termos de proteção ambiental do mundo", festeja o deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), um dos responsáveis pelo texto aprovado por 450 constituintes.

O artigo 262 da nova Constituição, por exemplo, exige estudo prévio de impacto ambiental para obras ou atividades que possam causar degradação ecológica e prevê punição para crimes contra a natureza, que passam a ser considerados contravenção penal. O infrator, além de estar obrigado a reparar os danos causados, poderá sofrer sanções penais e administrativas.

Os efeitos da nova legislação não aparecerão de imediato, acredita Feldman, pois ela exigirá uma profunda reformulação institucional. "O poder público não tinha como gerir de forma eficaz a área de meio ambiente", diz o de-

putado. "Com a nova Constituição, o setor precisará ganhar nova dimensão." Para ele, são conquistas igualmente importantes a elevação a patrimônio nacional da floresta amazônica, da mata atlântica, da serra do Mar, do Pantanal mato-grossense e da zona costeira. "É o primeiro passo para conter a devastação nessas áreas", diz.

Roque Monteleone Neto, diretor de pesquisas da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (Cetesb), já não é tão otimista. Preocupado com o despreparo oficial para fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, ele diz que, se não for criado o Ministério do Meio Ambiente, "os avanços serão letra morta".

"Não será fácil tirar do papel a nova lei constitucional", concorda José Carlos Carvalho, secretário-geral do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Sua esperança é que, com a nova dimensão política que o assunto adquiriu, o poder público e a população conscientizem-se de que a "questão florestal e conservacionista no País não têm sido tratadas de forma prioritária e adequada".

A modesta infra-estrutura do IBDF dá as dimensões das dificuldades: com 800 fiscais, sem equipamentos adequados e um magro orçamento de 5 bilhões de cruzeiros para este ano, o órgão tem a tarefa de fazer respeitar a legislação de proteção à fauna e à flora em todo o País.



Pausa durante o trabalho

Apesar dos muitos faltosos que chegaram a prejudicar a sua imagem, a Constituinte traba-

lhou bastante, até mesmo em razão do complicado sistema de elaboração legislativa adotado.

Quando as sessões se realizavam com curtos intervalos, houve até quem se esquecesse de onde esta-

va, como o deputado Antônio Gaspar (PMDB-MA), e aproveitasse para brincar.

Poucas mudanças na área da saúde

Na área da saúde, as mudanças são poucas mas importantes. Uma delas é que o sistema de saúde passa a ser integrado, com a participação da União, estados e municípios. O setor ganhará uma lei de diretrizes orçamentárias. Até lá, 30% do orçamento da previdência social, incluindo o seguro desemprego, lhe será destinado.

A regionalização e a hierarquização do sistema já existem na prática, sob o nome de Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), implantado pela primeira vez no Brasil em julho do ano passado, unindo, em São Paulo, o Inamps e a secretaria estadual de Saúde. "O texto constitucional é um referendo para o Suds", ressalta o secretário de Saúde de São Paulo, José Aristodemo Pinotti.

Outra determinação fundamental: está expressamente proibida a comercialização de órgãos e tecidos humanos, bem como a do sangue e seus derivados, que passam para o controle do Estado.

O princípio da unificação tem adeptos tanto do lado do Estado como dos representantes da medicina privada. Chafic Farhat, secretário geral da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaess), admite que, filosoficamente, a idéia é correta. "Nada melhor do que o prefeito, o vereador, o representante da comunidade e o médico do bairro para saber das necessidades de sua região", pondera Farhat. Ele só não acredita que no Brasil a unificação dê certo: "É bom para um país adiantado, educado, culto. Aqui, tudo continuará como está".

Na área de atendimento médico-hospitalar, o sistema vai centralizar as verbas provenientes dos orçamentos da União, estados e municípios "num mesmo saco", como define Farhat. "Isso é bom", diz o médico. Atualmente, os serviços prestados numa região são financiados pelas três instâncias governamentais: o governo federal mantém o aten-

dimento do Inamps, o Estado tem seus centros e hospitais e o município, seu pronto-socorro.

Com a unificação, a União repassa a verba ao Estado, que por sua vez a envia aos municípios. O dinheiro é centralizado em uma coordenação do sistema, que estuda as necessidades de saúde de uma cidade e financia o atendimento, sempre prestado pelo município. Mas o texto da Constituição não estabeleceu a parcela que caberá a cada um: "Uma imperfeição", afirma Pinotti. Para ele, não basta apenas que as leis ordinárias definam esse investimento, embora isso precise ocorrer para evitar distorções.

"Uma lei ordinária deve definir a porcentagem da aplicação, senão seremos sempre a sobra da sobra", adverte Chafic Farhat. Ele lembra que a "universalização ampliou muito a faixa de população atendida pelo sistema de saúde, sem que ocorresse o correspondente crescimento dos recursos". Atualmente, só o dinheiro que sobra da Previdência Social, depois de pagos os benefícios — aposentadoria, auxílio doença, pensões, entre outros — é destinado ao Inamps. "A assistência médica deve receber no mínimo 30% do dinheiro arrecadado pela Previdência", defende Farhat. Essa também não foi uma questão decidida pela nova Constituição.

Farhat alerta ainda para o não pagamento pelo governo da parte que lhe cabe para o sustento da Previdência: "Faz 16 anos que o governo não contribui com o terço que tem obrigação de dar para completar o dinheiro arrecadado pelos empregados e empregadores. E a Constituição não aborda esse tema", lembra ele. "A falta de recursos pode levar o sistema ao descrédito." Já o senador Almir Gabriel (PMDB-PA) está convencido de que o texto é o melhor: com a integração, acaba-se com o paralelismo e a superposição de serviços, conflitos de atuação e, sobretudo, desperdício de recursos.

presidente Sarneu o censurou a pedido da Igreja.

Agora, o governo só vai ter de informar sobre a natureza dessas diversões e espetáculos, estabelecer as faixas de idade para as quais não são recomendados e indicar locais e horários mais adequados para a sua apresentação. Isso tudo terá de ser ainda definido em lei. A lei vai designar o órgão que executará essa tarefa, e ele poderá aproveitar os funcionários do atual Serviço de Censura, pois as atribuições serão semelhantes. Mas vai também estabelecer os "meios legais" para que a pessoa e a família possam defender-se de programas de rádio e televisão que não respeitem valores "éticos e sociais", da população. Segundo Sandra Cavalcanti, esses "meios legais" serão ações que qualquer pessoa, sentindo-se ofendida, poderá impetrar na Justiça. Ela acredita que isso fará com que as próprias emissoras tomem muito cuidado para não levar ao ar cenas que choquem os padrões morais da média da população brasileira.

Censura é só classificatória

Com a nova Constituição, está extinta a censura. "É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística", diz o parágrafo 2º do artigo 223 da nova Constituição. Mas isto não significa liberdade para "as agressões de ordem moral que vêm sendo feitas por emissoras de rádio e televisão, principalmente nas novelas e programas humorísticos", como observa a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das integrantes da Comissão que tratou do assunto na Constituinte. "A família brasileira terá meios para se defender", garante ela.

O que se extinguiu foi a censura prévia a diversões e espetáculos públicos. O Serviço de Censura existia exatamente para esse fim: examinar filmes, peças teatrais, novelas e programas de televisão, e liberá-los ou não. Poderia liberá-los com cortes ou simplesmente não liberá-los. Até hoje, por exemplo, não pôde ser exibido no País o filme *Je vous salue, Marie*, de Jean-Luc Goddard. O próprio



A hora do cochilo

Mais de 24 mil horas de discursos e votações venceram até mesmo um homem experimentado co-

mo o deputado Fernando Santana e ameaçaram a resistência de sua colega Cristina Tavares.

Sarney e constituintes, relações sempre difíceis

Apesar de ter afirmado, em outubro de 1987, que a Constituinte — então em fase de conclusão do trabalho das comissões e subcomissões — perdera a maior parte de seu tempo discutindo sistema de governo e mandato presidencial, o presidente José Sarney não fez outra coisa daí para a frente. Sua fixação nesses dois tópicos foi tamanha que só tarde demais despertou para o fato de que a nova Constituição retirava alguns de seus poderes e transferia importantes verbas da União para estados e municípios.

Na verdade, em seu início, a Constituinte era uma festa também para o presidente. Afinal, fora ele que a convocou, cumprindo promessa herdada de Tancredo Neves. Mas, as relações logo azedaram quando se delineou a tendência favorável ao sistema parlamentarista e a um mandato presidencial de quatro anos. Em setembro de 1987, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, examinou o segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral — apresentado à Comissão de Sistematização — junto com Sarney e disse à imprensa: "Encontramos coisas que nos estarreceram".

A irritação do presidente aumentou depois que a Comissão de Sistematização optou pelo parlamentarismo e o mandato de quatro anos. "Frustrou o povo", acusou

Sarney, em janeiro. No mês seguinte, em sua *Conversa ao Pé do Rádio*, o presidente tentou colocar a opinião pública contra a Constituinte. "Será o caos, o império do crime e da impunidade", criticou Sarney, ao comentar o artigo que proíbe prisão sem flagrante ou mandato. Com a votação favorável ao mandato de cinco anos, em 25 de março, Sarney reconciliou-se com a Constituinte. "Ela deu demonstração de grande maturidade", elogiou.

Em meados de abril, porém, voltou ao ataque: "A votação desse sistema tributário representa a inviabilização da União", bombardeou Sarney. O resultado do trabalho da Constituinte, segundo o presidente, seria tornar o País "ingovernável". No mês seguinte, acusou o Congresso de abrigar uma "guerrilha política para desestabilizar a harmonia entre os três Poderes". Em julho criticou as "imprevidências" no campo social.

Aprovado o texto constitucional em segundo turno, no dia 3 de setembro, contudo, Sarney enviou telegrama de felicitações ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Aos jornalistas, ele expressou sua disposição com relação à nova Carta: "Serei seu escravo, seu primeiro servidor, pronto para dar tudo de mim, para que ela tenha êxito e sirva ao Brasil".

Ação dos "lobbies", da pajelança à discrição

Índios seminus cantando e dançando, com cocares, bordunas, os corpos pintados. No acarpitado salão verde da Câmara dos Deputados, junto à entrada do plenário da Constituinte, o lobby indígena era exercido de forma muito peculiar: a pajelança. Mas o grupo de pressão dos índios foi apenas um dos muitos que passaram pelo edifício do Congresso Nacional, ao longo dos 20 meses de trabalhos para a elaboração da nova Constituição.

Desde a primeira fase da Constituinte, levas de sindicalistas, padres, freiras, aposentados, procuradores, juizes, funcionários públicos, professores e trabalhadores rurais, entre outros, tomaram os corredores do Congresso. A medida que os trabalhos avançavam e se procedia às votações na Comissão de Sistematização e no primeiro e segundo turnos, os grupos, que antes se misturavam, começaram a aparecer isoladamente, conforme seu interesse pelos temas que estavam em exame. Um dia eram os aposentados, no outro, ex-pracinhas da Força Expedicionária Brasileira. Integrantes de movimentos ecológicos, defensores da criação dos estados do Triângulo ou do Tocantins, todos tiveram sua vez de aparecer.

Alguns vinham com slogans ou desenhos pintados nas camisetas. Outros, mais marcavam presença de forma mais discreta. O cerimonial, porém, era sempre o mesmo: percorriam os gabinetes dos deputados e senadores, ou postavam-se nas principais passagens para distribuir documentos em defesa de suas causas. Os geólogos chegaram a montar, quase na entrada do plenário, um enorme painel com o mapa do Brasil, indicando a situação das jazidas minerais. Representantes de universidades e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura instalaram

sistemas de vídeo e exibiram pequenos filmes.

Em defesa da anistia dos débitos dos produtores rurais, a União Democrática Ruralista (UDR) montou um poderoso sistema de som na frente do Congresso e fez muito barulho. O lobby da UDR, aliás, em conjunto com os da Contag e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi um dos mais numerosos e espalhados. Com faixas, slogans, aplausos e vaias, os três grupos lotaram por diversas vezes as galerias, contrapondo-se à discrição de magistrados, procuradores ou advogados do serviço público que, graças ao seu prestígio, tiveram até acesso ao plenário no momento das votações.

Alguns ganharam, outros perderam. Uns foram mais assíduos, como as organizações sindicais, que estiveram presentes praticamente o tempo todo, acompanhando os trabalhos por meio do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Outros pouco apareceram, a exemplo das entidades empresariais, que só nas votações do segundo turno tentaram derubar a jornada de seis horas nos turnos ininterruptos de revezamento. As formas de atuação também foram variadas. Os ministérios militares, por exemplo, preferiram valer-se apenas das declarações de seus ministros ou das conversas de bastidores organizadas pelas assessorias que mantêm no Congresso Nacional. O fato, contudo, é que pela primeira vez foi exercido abertamente o lobby — uma antiga expressão inglesa derivada da ocupação da antecâmara do Parlamento britânico por aqueles que queriam influenciar suas decisões e que, no Brasil, era absolutamente pejorativa até bem pouco tempo atrás. Como em nações mais desenvolvidas, o País aprendeu que os grupos de pressão também fazem parte do jogo democrático.

Os números da Constituinte

Com 66 mil emendas apresentadas em suas cinco fases de elaboração — a das 24 subcomissões, das oito comissões temáticas, da Comissão de Sistematização e das votações em primeiro e segundo turnos —, a nova Constituição fez o Poder Legislativo brasileiro trabalhar a um ritmo jamais visto. Em 20 meses de funcionamento, foram 340 sessões plenárias, somando mais de 2.400 horas de discursos e votações e nada menos que 15 mil pronunciamentos.

Somente na fase das subcomissões e comissões, o trabalho de 290 taquígrafos da Câmara e do Senado equivaleria a três anos de funcionamento normal do Congresso: cerca de 1.320 horas de gravações com depoimentos de representantes dos mais diversos segmentos da sociedade — de crianças a idosos, de índios a professores universitários — tiveram de ser transcritas para registro nos anais da Constituinte.

Foram os computadores do serviço de processamento

de dados do Senado Federal (Prodasen), porém, os auxiliares mais requisitados na elaboração da Constituição. Por permitir o fácil confronto de textos e a localização imediata de dispositivos, eles processaram, classificaram e montaram todos os pareceres, anteprojeto e projetos, além das milhares de emendas. Paralelamente, o Centro Gráfico do Senado imprimia milhões de exemplares de publicações com emendas, pareceres, projetos, quadros comparativos, além do "Diário da Assembleia Nacional Constituinte" e o "Jornal da Constituinte".

O intenso tráfego de pessoas pelas dependências do Congresso também exigiu reforços na segurança e aumentou o consumo de cafezinhos para três mil por dia. Todas as noites, uma tonelada de lixo — quase tudo papel — era retirada. A Constituinte, em resumo, custou, para os cofres públicos, cerca de Cr\$ 16,5 bilhões, em valores de hoje.